

PRONASCI

PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Ministério
da Justiça



Conceito

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Pronasci inova no combate ao crime

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no combate à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e repressão qualificadas.



Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a formação e a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Para o desenvolvimento do Programa, o governo federal investirá R\$ 6,707 bilhões até o fim de 2012. Na área de formação e valorização policial, serão implantados e ampliados programas de capacitação e especialização acadêmica; de financiamento para a compra da casa própria e programas de assistência à saúde do policial.

A criação de quase 38 mil vagas no sistema penitenciário do país atenderá a um público específico: jovens entre 18 e 24 anos. O objetivo do governo federal é separar os presos por faixa etária e natureza do delito e impedir que jovens que cometeram pequenos delitos se contaminem pela influência dos líderes do crime organizado. A reestruturação do sistema prisional envolve ainda ações que visam à qualificação de agentes penitenciários e à formação profissional de presos. No campo da prevenção, dezenas de projetos contarão com o envolvimento direto da própria comunidade que, ciente dos

seus direitos, atuará em conjunto com as forças policiais para a redução da violência.

Além dos profissionais do sistema de segurança pública, o Pronasci tem como público-alvo jovens de 15 a 29 anos à beira da criminalidade ou que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei – presos ou egressos do sistema prisional. Inclui, ainda, os reservistas, atrativos ao crime organizado em função de seu aprendizado do manejo de armas durante o serviço militar.

Inicialmente, o Programa será implementado nas 11 regiões metropolitanas brasileiras mais violentas, segundo dados dos ministérios da Justiça e da Saúde. São elas: Belém, Belo Horizonte, Brasília (Entorno), Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

A execução do programa se dará por meio de mobilizações comunitárias e policiais e começa a partir da instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM) nos territórios definidos pelo Pronasci. Os GGIM articularão junto aos órgãos competentes ações integradas de combate à violência e darão condições para o trabalho de equipes multidisciplinares do Pronasci, que serão compostas de assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos.

Projetos - O Pronasci é composto por 94 ações, que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade. Entre elas, destaca-se o projeto Mães da Paz, que oferecerá uma bolsa para as mulheres das comunidades atendidas que queiram se engajar no Programa. Elas serão capacitadas em temas como ética, direitos humanos e cidadania e terão a incumbência de aproximar os jovens com os quais o Pronasci vai trabalhar.

Já no Projeto para Jovens em Território de Descoesão Social (Protejo), jovens bolsistas agirão como multiplicadores da



filosofia passada a eles pelas Mães da Paz e pelas equipes multidisciplinares. O objetivo é atingir outros rapazes e moças, além das famílias, e contribuir para o resgate da cidadania nas comunidades.

Instalação de pontos de cultura, criação de centros de assistência e formação de agentes para mediação de conflitos são algumas das ações que também serão desenvolvidas pelo Pronasci. Serão investidos recursos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de urbanização para recuperação de espaços e melhoria da infra-estrutura nas comunidades.

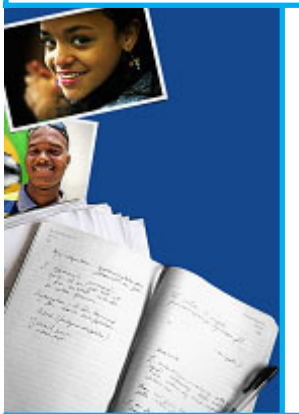
Bolsa-Formação – Os profissionais de segurança pública receberão novos estímulos para estudar e atuar junto às comunidades. Policiais civis, militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda terão acesso à Bolsa-Formação de até R\$ 400.

Para ter direito ao benefício, o policial terá que participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos anualmente pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça.

A categoria também poderá contar com um plano habitacional específico e mais acessível, com o apoio da Caixa Econômica Federal. Serão disponibilizadas unidades populares para 19 mil servidores. E outros 41 mil terão acesso a uma carta de crédito para a compra da casa própria.

Formação policial - A qualificação das polícias inclui práticas de segurança-cidadã, como a utilização de tecnologias não-letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia balística; DNA forense; medicina legal; direitos humanos, entre outros.

Os cursos serão oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que envolve hoje



22 universidades brasileiras. A meta é chegar a 80 instituições parceiras em todo o país.

Gestão - O Pronasci será desenvolvido por meio de gestão descentralizada. Para garantir a realização das ações no país, serão celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais.

Com esses mecanismos, pretende-se que estados e municípios tenham condições estruturais, físicas e financeiras para implementar as ações do Pronasci.

A instituição responsável pela avaliação e acompanhamento do Programa será a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O desenvolvimento do Pronasci será coordenado por uma secretaria-executiva em nível federal. Regionalmente, por uma coordenação que atuará junto aos GGIM. Esta coordenação também tratará da implementação das ações nos municípios. Além da verificação dos indicadores, ainda será feita a avaliação do contexto econômico e social. O controle mais abrangente do Programa contará com a participação da sociedade.

AÇÕES ESTRUTURAIS

1 - Modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional

Força Nacional de Segurança Pública

Criada em 2004, a Força Nacional de Segurança Pública é composta por 7,8 mil homens e mulheres de elite das polícias militares e Corpo de Bombeiros de todo o país. Todos passaram por um rigoroso treinamento em ações preventivas e repressivas qualificadas.



Tal estrutura foi inspirada nas forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) para responder à demanda necessária, muitas vezes em territórios dominados pela criminalidade, mas também deve se ater aos procedimentos preventivos e à difusão de temas ligados aos direitos humanos. A Força ganhará sede própria, em Brasília. O quartel terá um contingente de 500 homens em condições de emprego permanente mediante solicitação dos governadores ao governo federal.

Polícia Rodoviária Federal

Em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Polícia Rodoviária Federal desenvolverá o projeto Controle de Rodovias. Serão realizados investimentos na compra de viaturas, material logístico, adequação de infraestrutura e implantação de monitoramento eletrônico nas rodovias. O propósito é reduzir o tempo de resposta aos acidentes, tornando padrão o tempo máximo de 12 minutos para a chegada da polícia a eventuais problemas.



A proibição da venda de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes próximos às rodovias também está prevista. O objetivo é reduzir em 12% o número de mortos e feridos em acidentes de trânsito nas estradas do país.

Vagas em presídios

O Pronasci promoverá a modernização e a reestruturação do sistema penitenciário nacional, com a criação de vagas e aquisição de equipamentos de segurança. Até 2011, o programa deverá criar 33,4 mil novas vagas para homens e 4,4 mil para mulheres. A reforma e construção de novas unidades atenderão às 11 regiões metropolitanas inicialmente atendidas pelo Programa. Os estabelecimentos penais

femininos receberão atenção especial, com a criação de áreas destinadas a mães de recém-nascidos.

A construção de novos presídios será destinada a um público específico: jovens entre 18 e 24 anos. Com essas novas unidades, será possível separar detentos por faixa etária e pela natureza do crime cometido. A medida evita o contato de jovens que cometeram pequenos delitos com presos de alta periculosidade ou líderes do crime organizado. Todos os presídios construídos com recursos do Pronasci serão equipados com módulos de saúde e educação (sala de aula, laboratório de informática e biblioteca).

Lei Orgânica das Polícias Cíveis

O Pronasci atenderá a uma das principais reivindicações das polícias cíveis: a criação da Lei Orgânica da corporação. A legislação vai unificar estrutura, funções e procedimentos das polícias cíveis de todo o país, promoverá a padronização da corporação e integrará e aperfeiçoará o trabalho desenvolvido pelos seus servidores.

Regulamentação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

O Pronasci regulamentará o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), já pactuado entre estados e União, mas ainda não instituído por lei. O SUSP dispõe sobre o funcionamento dos órgãos de segurança pública. Seu objetivo é articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal.

Lei Maria da Penha / Proteção à mulher

A Lei Maria da Penha, sancionada em agosto do ano passado, ganhará mais força no Pronasci. Serão construídos centros de educação e reabilitação para os agressores. Os espaços servirão como local de combate à impunidade e promoção da cultura de paz.



Serão erguidos 53 centros nas 11 regiões metropolitanas atendidas pelo Programa.

Ainda no âmbito da Lei Maria da Penha, serão implementados juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, delegacias especializadas e núcleos especializados nas defensorias públicas. A meta é realizar, por meio de parcerias com tribunais estaduais de justiça, ministérios públicos e defensorias públicas, cerca de 70 mil atendimentos até 2011.

Capacitação de magistrados, promotores e defensores públicos em direitos humanos

Magistrados, promotores e defensores públicos também serão capacitados em direitos humanos. O Pronasci prevê parcerias com escolas superiores de magistratura. O objetivo é inserir no cotidiano dos aplicadores do direito temas relacionados aos direitos humanos, principalmente os que dizem respeito à aplicação dos tratados internacionais assinados pelo Brasil.

No final de 2006, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Conselho Nacional de Justiça assinaram acordo para criação de um sistema de acompanhamento de processos que envolvam graves violações aos direitos humanos.



Formação de núcleos de Justiça Comunitária

O Pronasci implementará 20 núcleos de Justiça Comunitária. Lideranças das comunidades serão capacitadas em oficinas para mediar conflitos e promover a coesão social. Essas lideranças serão identificadas por meio de parcerias com as justiças estaduais, governos estaduais e Secretaria Especial de Direitos Humanos. A mediação de conflitos pela comunidade apresenta-se como alternativa para promover a celeridade dos processos jurídicos e a integração da população. A intenção é realizar cerca de 375 mil atendimentos até 2011.

Escola Superior da Polícia Federal

O Ministério da Justiça implantará a Escola Superior da Polícia Federal, que servirá como espaço para estudos e pesquisas em segurança pública e para a capacitação de policiais de outras corporações. Está prevista a construção de três blocos administrativos e dois para alojamento (para 40 a 50 pessoas), além da reforma do Teatro de Arena. A Escola Superior ficará na Academia da PF, em Brasília.

Campanha de desarmamento

O Pronasci realizará uma Campanha Nacional de Desarmamento, com publicação de material informativo sobre o assunto. Proprietários de armas de fogo serão incentivados a entregá-las à Polícia Federal, mediante o pagamento de indenização. A medida tem como base o artigo 31 da Lei 10.826/03, que determina que “os possuidores e proprietários de armas de fogo adquiridas regularmente poderão, a qualquer tempo, entregá-las à Polícia Federal, mediante recibo e indenização, nos termos do regulamento desta Lei”.

2. Valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários

Bolsa-Formação

Para incentivar a qualificação e contribuir com a redução das disparidades existentes, o Pronasci criará um sistema de bolsa-formação. Serão beneficiados policiais de baixa renda (militares e civis, bombeiros, agentes penitenciários e peritos).

Os policiais que receberem até R\$ 1,4 mil ganharão bolsa de até R\$ 400. O benefício estará condicionado à participação do policial, a cada 12 meses, em cursos oferecidos ou reconhecidos por órgãos do Ministério da Justiça ou de curso credenciado de pós-graduação através da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Os estados-membros da ação



também deverão oferecer, em contrapartida, programas de prevenção e polícia comunitária.

Moradia

Policiais civis, militares e bombeiros de baixa renda terão acesso a um programa nacional de habitação, com a oferta de 19 mil unidades populares a partir de convênio com a Caixa Econômica Federal.

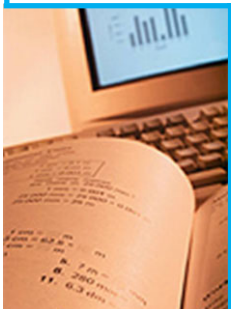
Terão direito à linha de crédito para a compra da casa própria os profissionais com rendimento de até quatro salários mínimos mensais e que vivam em áreas de vulnerabilidade social – onde têm a sua integridade física, e de sua família, ameaçada.

Também será disponibilizada uma carta de crédito, no valor de até R\$ 50 mil, para outros 41 mil policiais que possuem condições de acessar o mercado imobiliário, mas necessitam de um incentivo financeiro para a compra da casa própria.

Rede de Educação a Distância

O Pronasci prevê a ampliação e a consolidação da Rede Nacional de Educação a Distância. A iniciativa capacitará policiais civis, militares, peritos, bombeiros e agentes penitenciários em temas relacionados à área de segurança pública, como direitos humanos e cidadania, tráfico de pessoas, criminalidade e prevenção, uso moderado da força e combate à lavagem de dinheiro.

A capacitação se dará por meio da criação de mais de 140 telecentros, somando-se aos 60 já existentes no país, em locais onde os policiais terão acesso ao computador e às transmissões da TV corporativa de educação em segurança pública.



Graduação e Mestrado

O Pronasci pretende instituir cursos de tecnólogo, especialização e mestrado em segurança pública, por meio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Cerca de 1,6 mil policiais militares, civis, bombeiros, peritos e guardas municipais já cursam hoje especializações que abordam temas como ética, direitos humanos, sociologia e técnica policial. A previsão é formar, em quatro anos, 400 tecnólogos e 260 mestres.

Formação dos agentes penitenciários

Implantar um novo tipo de formação acadêmica para os agentes de segurança pública do país é outro propósito do Pronasci. Está prevista a implementação de cursos para a formação de mais de 3 mil técnicos em gestão penitenciária, por meio de convênios com universidades. Os agentes serão capacitados em temas como direitos humanos, gestão e planejamento, gerenciamento de crises, armamento, tiro e inteligência penitenciária.

Atendimento a grupos vulneráveis

Os profissionais da área de segurança serão formados para tratar de maneira adequada e digna mulheres, homossexuais, afro-descendentes e outras minorias. A capacitação se dará por meio de cursos para policiais estaduais, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais. Além do Ministério da Justiça, a iniciativa envolverá as secretarias especiais de Direitos Humanos, de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres.



Jornadas de Direitos Humanos

O governo federal busca um novo tipo de policiamento, mais eficiente e cidadão, comprometido com a promoção dos direitos humanos. Para alcançar esse objetivo, serão desenvolvidos seminários, simpósios e jornadas para a capacitação de aproximadamente 11 mil profissionais nas 11 regiões atendidas pelo Pronasci. Serão firmadas ainda parcerias com as secretarias estaduais e municipais de segurança pública e guardas municipais para a difusão de temas como mediação de conflitos, mobilização comunitária e técnicas policiais.

Tecnologias não-Letais

Um dos pilares do conceito de segurança cidadã é o emprego de tecnologias não-letais no combate ao crime, garantindo a integridade física dos cidadãos e do próprio policial. Dentre os armamentos não-letais, cujo uso já é recomendado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), estão as pistolas que paralisam o agressor sem causar danos à saúde. O Pronasci incentivará o uso dessas tecnologias por meio de oficinas e cursos de capacitação e aperfeiçoamento a cerca de 600 profissionais da área de segurança pública.



Comando de Incidentes

Todas as 11 regiões metropolitanas do Pronasci contarão com o Sistema de Comando de Incidentes (SCI) - um modelo de gerenciamento para situações de emergência que tem como objetivo estabilizar a situação e proteger a vida e o meio ambiente. O sistema engloba ações de comando, planejamento, logística e finanças. Serão realizados cursos sobre o SCI, formando 1.320 profissionais de segurança pública na gestão do sistema.

O SCI pode ser aplicado nas mais variáveis situações. Entre elas, emergências com produtos perigosos, acidentes com elevado número de vítimas, incêndios e ações de vacinação em massa, por exemplo.

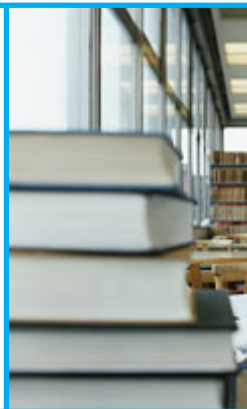
Inteligência

A unificação dos sistemas de inteligência é considerada fundamental para uma melhor efetividade da polícia brasileira – com ênfase nas ações de identificação, aplicação e produção do conhecimento e contra-inteligência. O Pronasci promoverá cursos para a qualificação de 1.080 profissionais.

Investigação de crimes

Com investimentos em qualificação profissional e modernização das técnicas de perícia, o Pronasci proporcionará aos órgãos de segurança pública estaduais condições para que as investigações policiais sejam realizadas com mais rapidez e eficiência. Serão realizados cursos de capacitação sobre investigação de cena de crime e coleta de amostras, como impressões digitais, vestígios de origens diversas e fluídos biológicos. Os peritos também serão capacitados em técnicas de necropsia, lesões corporais e toxicologia. Na área forense, receberão formação em genética, química, entomologia e fonética forense.

Para viabilizar a proposta, serão firmados acordos com a Polícia Federal, Ministério da Ciência e Tecnologia, governos estaduais e universidades como a Federal de Alagoas (UFAL), a Federal do Pará (UFPA) e a Católica de Brasília (UCB), consideradas excelências no assunto. As ações também atingirão peritos-legistas e médicos-legistas.



Guardas Municipais

O fortalecimento das guardas municipais é fundamental para o sucesso do Pronasci. Presentes no dia-a-dia da comunidade, elas terão a missão de difundir o conceito de segurança cidadã para a população com base em práticas preventivas. Serão promovidas ações de educação qualificada e continuada, como cursos, seminários e oficinas de capacitação. Ainda está previsto o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas que visem à otimização de suas atividades. Cerca de 1,2 mil guardas municipais serão capacitados nos próximos quatro anos.

Policciamento comunitário

A instituição do policiamento comunitário é imprescindível ao Pronasci. Trata-se de um conceito de segurança pública que se baseia na interação constante entre a corporação policial e a população. Os policiais comunitários acompanharão sempre a mesma região e serão capacitados em temas como direitos humanos, ética e cidadania – construindo, assim, uma relação de confiança com a população. No Pronasci, o policiamento comunitário será agregado em núcleos.

Sempre que necessitar, a população poderá remeter-se a um deles para acionar o serviço. A ação contará com a realização de cursos pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).



3. Enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado

Laboratórios contra lavagem de dinheiro

Serão instalados laboratórios de tecnologia contra lavagem de dinheiro em todas as regiões metropolitanas atendidas pelo Pronasci. Eles terão como base o Laboratório do Departamento de Recuperação de Ativos (DRCI), do Ministério da Justiça, que trabalha com material proveniente de mandados de buscas e apreensão e quebra de sigilo de suspeitos de envolvimento com corrupção e lavagem de dinheiro. Informações como ligações telefônicas, transferências bancárias e e-mails são analisadas por sofisticados programas de computador que buscam dados para a produção de provas em processos criminais. Ainda no âmbito dos laboratórios, serão desenvolvidos métodos e ferramentas que permitam identificar casos de corrupção previamente.



Ouvidorias e corregedorias

Uma das prioridades do Pronasci é o combate à corrupção e à violência policial. O fortalecimento das ouvidorias vai contribuir para o cumprimento desse objetivo. O Pronasci defende ouvidorias independentes e autônomas como canal de controle social e aprimoramento das corporações. Criadas por lei estadual, elas funcionarão como espaço de recebimento, análise e encaminhamento das legítimas demandas da população. Além de aproximar a corporação do cidadão, as ouvidorias contribuirão para a instauração de confiança no trabalho policial e mais efetividade no combate ao crime.

As corregedorias das polícias civil e militar, que atuam como órgãos de controle interno das corporações, também serão fortalecidas. Elas têm a função de acolher e investigar atos ilegais e arbitrários cometidos por policiais civis e militares. Está prevista a criação de um quadro de servidores com carreira própria para as corregedorias, para que atuem livres de pressões corporativas.

Para garantir um procedimento isento, os corregedores passarão por cursos de capacitação e oficinas para investigação criminal. A meta é atingir 330 profissionais até 2011. Entre setembro e dezembro deste ano, duas turmas (40 alunos cada) já estarão capacitadas.

Tráfico de Pessoas

Serão criados planos bianuais para o combate ao tráfico de pessoas por meio de parcerias entre o Ministério da Justiça e outros órgãos que tenham afinidade com o tema. Para fortalecer a ação conjunta entre governo e sociedade civil, serão instalados 10 núcleos multisetoriais de prevenção e atendimento às vítimas. Os postos funcionarão em aeroportos, portos e rodovias. As ações gerais devem atingir cerca de dois milhões de pessoas (entre familiares, potenciais vítimas e amigos). As ações específicas, voltadas para as vítimas do tráfico, atingirão cerca de duas mil pessoas.



PROGRAMAS LOCAIS

Território de paz

Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM)

A execução do programa se dará por meio de mobilizações comunitárias e policiais. O instrumento de articulação entre polícia e sociedade será o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Os GGIM articularão junto aos órgãos competentes ações integradas de combate à violência e darão condições para o trabalho de equipes multidisciplinares do Pronasci, que serão compostas de assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos.

Os GGIM também serão um espaço de articulação entre as diferentes forças de segurança – polícias civis, militares, bombeiros, guardas municipais, secretarias de segurança pública – e a sociedade.

Conselhos Comunitários de Segurança Pública

Com foco na convivência democrática entre a população e as autoridades, serão instalados 132 conselhos comunitários de segurança – espaços para articulação da comunidade com a polícia. Por meio dos conselhos, moradores terão a oportunidade de debater com representantes das polícias suas principais demandas e necessidades. Os agentes comunitários serão formados em técnicas de segurança pública e mediação de conflitos.



Canal Comunidade

A população contará com ações sensibilizadoras sobre os direitos dos consumidores, especificamente em relação aos

serviços essenciais. Serão instituídos mecanismos para garantir o acesso das comunidades ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). O objetivo é fazer com que as pessoas, conscientes de seu papel como cidadãos, possam exigir seus direitos. Possibilitar o acesso aos direitos do consumidor é uma das formas de contribuir para a diminuição da violência. Além disso, o Pronasci não apenas vai instruir os cidadãos a procurar os Procons, como também acompanhará o encaminhamento das demandas e os respectivos resultados. Os estados e os municípios vão contar com a implantação de tecnologia da informação para integração ao SNDC.

PROGRAMAS LOCAIS

Integração do Jovem e da Família

Mães da Paz

Em comunidades dominadas pelo tráfico e pela violência, um dos projetos desenvolvidos será o Mães da Paz, que capacitará lideranças femininas para se aproximar de jovens em situação de risco infracional ou criminal e encaminhá-los aos programas sociais e educacionais do Pronasci, como o Protejo e Reservista-Cidadão, entre outros. As lideranças serão identificadas em cada comunidade por assistentes sociais ligados ao Pronasci.



Cerca de 4,8 mil mulheres serão formadas no curso de Promotoras Legais Populares, que envolve temas como direitos humanos, mediação de conflitos e cidadania. Cada uma receberá uma bolsa de R\$ 100. A idéia é que a liderança exercida por essas mulheres em cada comunidade contribua para afastar o jovem da criminalidade.

Saúde da Família

O Programa Saúde da Família (PSF) será implantado e ampliado nas 11 regiões indicadas pelo Pronasci. O Ministério da Saúde incluirá no PSF jovens de comunidades carentes capacitados pelo Pronasci. Após a qualificação, estes jovens atuarão como agentes comunitários e farão a ligação da sua comunidade com o Programa.



Formação do preso

Diversos projetos educacionais já em execução pelo governo federal serão implantados dentro das penitenciárias brasileiras. Um deles é o Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação. A meta é promover a alfabetização de seis mil jovens presos que não tiveram a oportunidade de escolarização ou abandonaram a escola precocemente.

Outra iniciativa na área de educação adaptada às penitenciárias das 11 regiões atendidas pelo Pronasci é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), estruturado pela Secretaria Nacional da Juventude. Por meio do programa, cerca de 30 mil jovens terão a oportunidade de cursar o ensino fundamental. O sistema penitenciário receberá ainda o Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja), que permitirá aos detentos cursar e concluir o nível médio integrado integrado a cursos profissionalizantes. O Pronasci também vai preparar os detentos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o que possibilitará o acesso à formação universitária por meio do ProUni ou Universidade Aberta, ambos coordenados pelo Ministério da Educação. Os jovens reclusos assistirão às aulas para que tenham condições de prestar o exame ao sair da prisão. A iniciativa contará com a parceria dos governos estaduais, universidades e ONGs e deverá beneficiar cerca de 6,8 mil detentos. A formação educacional dentro das prisões servirá ainda para a remição da pena. Cada 18 horas de estudo representará um dia a menos na prisão.

Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania

Os programas Pintando a Liberdade, voltado para os presos, e Pintando a Cidadania, que tem foco nas famílias dos apenados, são projetos articulados pelo Ministério do Esporte. Os presos aprendem a fabricar materiais esportivos, como bolas de futebol e redes de basquete, além de técnicas de serigrafia e impressão de materiais diversos. Os produtos têm como destino as escolas públicas do país. Além de receberem uma bolsa, a participação do preso no projeto contribui para remição de um dia de pena para cada três dias trabalhados. No projeto Pintando a Cidadania as mesmas atividades serão desenvolvidas pelos parentes dos jovens presos. O objetivo é que, após o cumprimento da pena, o preso retorne à família e, junto dela, possa desenvolver na comunidade o trabalho praticado na prisão.

PROGRAMAS LOCAIS **Segurança e Convivência**

Urbanização

Em parceria com o Ministério das Cidades, serão recuperados espaços urbanos e áreas degradadas em comunidades carentes. Investimentos já previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contribuirão para a melhoria da infra-estrutura: preservação ambiental, erradicação de palafitas e ampliação de sistema de abastecimento de água. O Programa aproveitará medidas já desenvolvidas por atividades como o Programa Habitar Brasil, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), presente em algumas regiões do país.



Projetos educacionais

Dentre os projetos do Ministério da Educação voltados para os jovens de comunidades atendidas pelo Pronasci estão o Brasil Alfabetizado, Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja) e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

No Brasil Alfabetizado, serão firmados convênios com instituições públicas ou privadas. A meta é atingir 60 mil jovens até 2011. O Proeja vai proporcionar aos jovens a chance de freqüentar o curso técnico de nível médio. O objetivo é formar 20 mil pessoas também até 2011. Já com o Enem, pretende-se capacitar cerca de seis mil jovens, durante o mesmo período, para a realização do exame.

O objetivo é que o público-alvo da iniciativa possa ter condições de se candidatar a uma das vagas do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Atividades culturais

Em conjunto com o Ministério da Cultura, o Pronasci também vai incentivar a disseminação de atividades culturais nas comunidades atendidas pelo Programa. Uma das ações é a revitalização de bibliotecas municipais. Pelo menos 23 unidades passarão por melhorias. Além de contribuir para a modernização do acervo, elas também serão equipadas com kits multimídia - equipamentos digitais e audiovisuais.

O objetivo é transformar as bibliotecas municipais em centros de promoção sociocultural.

Outra iniciativa será a instalação de Pontos de Leitura, espaços que poderão ser instalados nas bibliotecas municipais, escolas ou outro local de convívio da população local. A meta é que os Pontos de Leitura sejam equipados com um acervo de cerca de 500 livros e kits de informática para o uso da Internet.



Já os Pontos de Cultura serão um espaço onde os jovens serão incentivados a desenvolver atividades como música, teatro e dança. Eles também poderão funcionar nas escolas ou em centros comunitários. Com a instalação de 11 museus comunitários, o Pronasci deverá abrir um espaço central para a discussão de temas culturais, além de contribuir para a preservação da história das comunidades.

Os museus comunitários são vistos como ferramentas relevantes para o desenvolvimento da manifestação das identidades, além da formação de percepção crítica e reflexiva da realidade por parte dos moradores. Cada museu contará com os serviços de cinco jovens e um idoso da própria comunidade, que passarão por um curso de formação. Eles serão chamados de “agentes da memória”.

O Pronasci em números

INVESTIMENTO

R\$ 483 milhões do orçamento do MJ/2007 (descontingenciados)

R\$ 806 milhões/ano, de 2008 a 2011

R\$ 600 milhões/ano para o Bolsa-Formação, de 2008 a 2012

TOTAL: R\$ 6,707 bilhões

Acções policiais

Bolsa-Formação

- 225 mil policiais civis, militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda

Habitação

- 17 mil policiais civis, militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda via Caixa Econômica Federal (CEF);
- 13 mil via imóveis a serem retomados pela CEF; cerca de 20 mil através de cartas de crédito de R\$ 30 a R\$ 50 mil para policiais de renda média

Jovens

- 425 mil jovens entre 15 e 29 anos serão atingidos pelas diversas ações do Pronasci, incluindo 63 mil reservistas

Sistema prisional

- 33.040 vagas novas para homens e 4.400 para mulheres (com atendimento educacional, profissionalizante e de cidadania)

Metas

- Beneficiar, direta ou indiretamente, 3,5 milhões de pessoas entre profissionais de segurança pública, jovens e suas famílias
- Buscar a redução do número de homicídios, dos atuais **29** por 100 mil habitantes para **12** homicídios por 100 mil habitantes, nos próximos quatro anos.

Expediente

Publicação da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça.

2ª Edição

Edição

Vera Spolidoro

Ludmila Bezerra Luz

Francisco Henrique de Moura Marques

José Severiano Filho

Renato Ferreira

Bianca Persici

Ministério da Justiça

Assessoria de Comunicação Social

Esplanada dos Ministérios, bloco T, edifício Sede, 4º andar, sala 412

CEP 70064-900

Telefone: (61) 3429-3135

Contato: acs@mj.gov.br

www.mj.gov.br/pronasci

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro da Justiça

Tarso Genro

Secretaria Executiva

Luiz Paulo Teles Barreto

Secretário Executivo do PRONASCI

Ronaldo Teixeira

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Antônio Carlos Biscaia

Secretaria Nacional de Justiça

Romeu Tuma Filho

Secretaria de Direito Econômico

Mariana Tavares de Araújo

Secretaria da Reforma do Judiciário

Rogério Favreto

Secretaria de Assuntos Legislativos

Pedro Abramovay

Brasília/DF - Brasil

2007



Ministério
da Justiça

